

EXÍLIO E LIBERTAÇÃO NA FICÇÃO LATINO-AMERICANA

EXILE AND LIBERATION IN LATIN AMERICAN FICTION

João Batista Cardoso¹

RESUMO: O objetivo do estudo é explicitar a inserção da história na ficção, a fim de se perceber, de modo nítido, os contornos da identidade latino-americana, constituída pela luta secular entre opressor e oprimido, aqui representados pelo exílio e a luta por liberdade. Quando a literatura, nos termos de Aristóteles e Auerbach, representa ou mimetiza a realidade, torna-se, ela mesma, uma entidade ideológica ou como pretende Althusser, um Aparelho Ideológico de Estado, pois o autor de obras literárias precisa atender as instâncias da superestrutura que lhe dão suporte. As obras empregadas para fomentar a pesquisa do ponto de vista histórico-crítico estão listadas nas referências não havendo precedência de uma sobre a outra. O resultado a que a pesquisa chegou indica que o exílio e a vocação por libertação adentraram as obras literárias da América Latina fomentando sua identidade.

Palavras-chave: Exílio. Liberdade. Identidade. História. Ficção.

ABSTRACT: The objective is to make explicit the insertion of history in fiction, in order to clearly perceive the contours of Latin-American identity, constituted by the secular struggle between oppressor and oppressed, represented here by exile and the struggle for freedom. When literature, in terms of Aristotle and Auerbach, represents or mimics reality, it becomes, itself, an ideological entity or as Althusser intends, an Ideological Apparatus of State, since the author of literary works must attend to the instances of the superstructure who support you. The works used to foster research from the historical-critical point of view are listed in the references without precedence of one over the other. The result of the research indicates that the exile and the vocation for liberation entered the literary works of Latin America fomenting its identity.

Keywords: Exile. Freedom. Identity. History. Fiction.

As literaturas dos países latinos, na contemporaneidade, aproximam-se por similares conteúdos subjacentes, contribuindo para a formação de uma identidade cultural com sinais específicos. Sendo essa similaridade resultante da semelhança histórica entre as distintas nações, o pesquisador faz uma leitura precisa dessa identidade e lhe desenha os contornos, quando identifica a relação entre ficção e história, nesta parte do mundo.

Um fato que pode ilustrar essa relação é a experiência dos brasileiros que, a partir de 1964, viveram a realidade do exílio. A ditadura e as perseguições que ela promoveu são fatos históricos, porque verdadeiros e comprovados. Mas a experiência dos brasileiros que partiram contém elementos pessoais derivados de sua relação com outros povos e com a própria sobrevivência. Essa experiência é pessoal e sobrevive enquanto memória. Cada exilado viveu o exílio a sua maneira e de lá manteve relação com a terra ancestral também a sua maneira. Essa experiência produziu resultados de duas fontes. Por um lado, os historiadores contaram a história em historiografias compromissadas com a verdade dos acontecimentos. Por outro, os exilados relataram não a história, mas o efeito desta sobre sua memória, ou a transformação desta em memória, ou ainda a experiência pessoal da relação com a ditadura e seus elementos conexos,

¹ Doutor em Literatura Brasileira desde 2001. Docente do quadro efetivo da UFG. E-mail: jbccard@gmail.com

como a censura. Relataram uma experiência pessoal com a história. E essa experiência transforma-se em memória de onde imigra para a literatura.

Esses brasileiros são os que pensavam criticamente a nação, a partir de um olhar que se incomodava com as contradições da revolução e da ditadura que ela produziu. Eles deixaram o país porque representavam, aos olhos da nova elite que havia assumido o poder, um risco para a estabilidade do sistema dominante. A ameaça residia em sua postura crítica diante do novo *status quo*. Durante o período em que estiveram no exterior, esses brasileiros entenderam os problemas do Brasil como fatos comuns a toda a América Latina. O exílio constituiu mais que um momento longe da pátria, na medida em que acionou novas maneiras de interpretar o próprio país e novos contornos na identidade desde, pois na volta trouxeram não somente uma nova visão da pátria como também o que lá aprenderam. Um exemplo disso é que essa constatação contribuiu para o surgimento de uma visão do continente como uma grande nação, haja vista a percepção de que, nos países latino-americanos, as formas da organização social, cultural e econômica têm tal similitude que os tornam membros de uma unidade, que além de ter sido reforçada pelos imperativos do exílio, no conhecimento do outro, vem recebendo mais alento com a globalização.

A concepção da América Latina como uma grande nação fez surgir o entendimento de que os latino-americanos inserem-se no contexto de uma mesma identidade. Essa aproximação entre os povos do continente é uma resposta da sua luta para superar contradições que se igualam, porque todas derivadas dos mesmos problemas endereçados na luta do oprimido contra o opressor e vice-versa.

Os fatos que oprimem têm a mesma matriz qualitativa, que pode ser traduzida na luta do imperialismo para se sustentar, mesmo que, para tanto, tenha que financiar ditaduras. Portanto, a unidade do continente, aqui representada por sua identidade comum, é fruto das similaridades entre os mesmos problemas que afetam as distintas nações, gerando, por extensão, similares propostas de solução ou de superação. Enfim, se as contradições que emperram o progresso social do Brasil são as mesmas do Peru, certamente as soluções serão similares, o que produz semelhança entre eles. Quando o escritor de obras literárias vislumbra esses fatos e os traz ao lume, tem a consciência de se colocar a serviço de um mundo melhor, atuando em prol do homem e não do Estado. Esse é o caminho mais próximo entre o texto que representa o acontecimento na concretude da vida e o texto literário.

As considerações acima indicam que o que importa quando se trata de demonstrar uma literatura latino-americana que transcende os limites de uma literatura paraguaia, brasileira, peruana etc. é o elemento ideológico demarcado por uma visão de mundo extravasada em

condutas que se caracterizam pelas relações de opressão. Portanto, para além dos horizontes que limitam uma eventual identidade cultural, devemos pensar a identidade ideológica entre as nações da América Latina, onde, respondendo a uma história similar voltada aos aspectos mais cruciais da vida, surgiu uma literatura pautada na libertação do homem.

A fronteira que isola as duas ações (história e literatura) é aquela que coloca de um lado a ideologia e do outro a cultura. Uma cultura que, paradoxalmente, existe em função de aspectos ideológicos. Polar integra a esse fenômeno os movimentos regionalistas que, segundo ele, estão “muito mais interessados em definir as identidades nacionais, ou a da América Latina inteira [...] do que em intervir sem demora no diálogo da contemporaneidade sem fronteiras” (POLAR, 2000, p. 199). São literaturas, portanto, voltadas a um questionamento de fatores autóctones, porque intrínsecos ao mundo do autor.

Polar fala de dois elementos que interessam a essa discussão, a saber: *identidades nacionais* e identidade da *América Latina inteira*. Ele ligou os dois termos dessa equação com a conjunção alternativa *ou*. Isso indica que a identidade de cada país latino-americano é um microcosmo do todo; nela residem, qualitativamente, as características do continente. A singularização da literatura da América Latina em um só movimento unificado por características próximas deriva das identidades regionais que guardam em sua pluralidade conteúdos similares, porque os problemas colocados sob a lupa dos escritores assemelham-se em nível de contradições e soluções. Eis porque o regionalismo culmina por ser uma forma de literatura engajada. Regionalismo, aliás, que testifica a independência da literatura latino-americana em face da literatura europeia.

Esses outros fatores ou fenômenos sociais podem ser especificados como desemprego, êxodo rural e suas consequências que se agudizaram a partir do início do século XX e produziram um momento-síntese na década de 1930, que se caracterizou pela assunção de movimentos sob a égide de uma intelectualidade sempre mais consciente das contradições que impediam o progresso. Essas contradições podem ser exemplificadas por meio do esforço de grupos que, sob uma ótica que é humanitária apenas na aparência, lutaram contra as ditaduras, mas, quando as alijaram do poder, assumiram seu lugar, sem restaurar ou edificar a democracia.

São aspectos da história da América Latina que resultam de formas desumanizadoras que deveriam produzir as maneiras de superação, mas os entes que a história cria para superar suas contradições costumam, num momento posterior, voltar-se para a defesa de interesses que vão de encontro às aspirações do homem, conduzindo ao surgimento de novas formas de superação. Dentre as maneiras de superação, pode-se citar a recriação da história na ficção. De acordo com Galvão (2001, p. 53), “a base do desenvolvimento da ficção e do envolvimento da ficção com a

História, [...], é encontrada num ‘projeto social substitutivo’, implícito ou explícito na narrativa”. Ora, esse projeto social traduz-se pelo serviço dos escritores em prol de um mundo livre das contradições que encontram em sua realidade imediata e pode ser encontrado desde os implícitos da obra *El Periquillo Sarniento* (começo do século XIX), de Fernández de Lizardi, considerado o primeiro trabalho de ficção literária da América hispânica, escrito sob os moldes estéticos importados das formas literárias europeias.

Nessa época, o Romantismo já tinha vindo ao lume de forma plena na Europa e timidamente no Brasil, onde apresentava certo grau de compromisso com a realidade histórico-social, na medida em que assumia como missão o empenho (Candido) pela construção de uma nação livre. Um compromisso desprovido, no entanto, de crítica e análise das contradições, haja vista que, em sua vertente nativista, reproduzia o país a partir de um olhar ufanista. Apenas em sua fase de esgotamento é que os autores românticos deram início a um olhar sobre as contradições latino-americanas e o texto que, até então, procurava apresentar uma América exuberante, descobriu, num universo imageticamente edênico, um tipo de homem explorado que até hoje ainda povoa o continente. A partir daí, a literatura supera aquele momento em que via a realidade povoada por nativos, finalmente transformados em figuras históricas capazes de suscitar imagens e visões de mundo em que o homem só vale como força de trabalho e como entidade sob o impacto de uma cultura alienígena.

A forma como Lizardi refletiu a realidade latino-americana, vislumbrando as questões que implicavam a desumanização que, à época, grassava no continente marcado pelas diferenças sociais motivadas, por seu turno, pela concentração da terra nas mãos de poucos indica que os problemas latino-americanos, no âmbito das relações de poder, evidenciaram contradições distintas daquelas conhecidas na Europa; enquanto lá, a literatura trazia ao lume indivíduos em ruptura com seu mundo, tentando refugiar-se dentro de fronteiras resguardadas pelos discursos das vanguardas, aqui Lizardi começava por produzir uma literatura de protesto e denúncia que conquistou seu lugar em toda a América Latina. Esse tipo de literatura encontrou seu ápice nos anos e locais em que o problema do homem em sua relação com o poder se tornava mais agudo, recriando na arte literária o homem em luta pela sobrevivência num meio hostil e opressor.

A participação da literatura nas discussões acerca dos destinos do povo latino-americano vem, portanto, desde o século XIX, quando as palavras literárias transcenderam os limites da fantasia e da invenção e passaram a conjugar o elemento imagético a um referente identificável na realidade concreta, deixando, assim, de ter um efeito socialmente inócuo, na medida em que retrataram a corrupção do poder e o descaso para com os mais fracos por parte dos que comandam. Problemas como as contradições do latifúndio e as lutas dos sertanejos contra a

natureza e os senhores latifundiários que os exploram e alienam introduziram-se sob a lupa dos escritores, sobretudo, daqueles que se classificam no mesmo núcleo temático que moveu a sensibilidade de José María Arguedas, Alejo Carpentier e Antônio Torres. São fatos verídicos, como pessoas da vida real articulados a elementos fictícios, isto é, entidades *imigrantes* e *nativas* (Mignolo). Considerando que a historiografia deve responder positivamente à expectativa de que seus enunciados sejam verídicos, suas entidades precisam ser imigrantes.

Durante o século XX, os autores contemplavam a história, a cultura e a paisagem formando um roteiro de análise em que, abandonando o sujeito que contempla, conforme postulavam os românticos, penetravam o âmago do objeto contemplado, sendo que esse objeto era um indivíduo à mercê de uma classe dominante capitalista e exploradora. Dessa forma, no movimento modernista, os escritores traspassam os limites dantes ocupados por seus congêneres do Romantismo que expressavam elementos alienígenas em nome de um saudosismo latente e, olhando para a própria terra, expressam a América e suas peculiaridades.

É por isso que no movimento modernista o estímulo documental aparece com mais ênfase. Não se trata mais de observar e imaginar, mas de tornar a arte participante da construção de uma América melhor, pois a partir desse estímulo documental que marca os textos literários, os escritores mostram os anseios dos momentos históricos por superar o próprio atraso, descobrir e vencer suas contradições e integrar-se à Modernidade.

A obra de arte em geral constitui criação estética. Dela participam elementos que resultam da criatividade do escritor e elementos que ele busca na realidade concreta. O texto literário é, portanto, um espaço de encontro de duas entidades assim qualificadas devido sua forma de participação na obra.

As entidades que o autor busca na realidade concreta são preexistentes. Aquelas que são produzidas diretamente para figurar na obra são nativas. Há, portanto, entes que preexistem à obra e entes nativos. Mignolo (1986, p. 131) explica que as “instâncias cuja existência estava documentada antes que o romance fosse escrito [...] ingressam [nele] como entidades imigrantes”. Ainda segundo ele, a entidade “cuja existência não conhecemos antes do romance, seria entidade nativa” (MIGNOLO, 1986, p. 126). Esta inclusão no texto literário de explícitos da realidade concreta enfatiza a articulação da ficção com a historiografia, a partir de um vetor que se bifurca em duas direções. Ou seja, a literatura é um discurso sobre a realidade tomada como matéria prima para, nas mãos do criador, ser reelaborada e respingada com as tintas do humanismo. Eis porque na obra ocorre o afloramento das contradições entre as informações encontradas na experiência concreta e sua revelação.

O discurso histórico é uma ação humana engajada nas pretensões dos grupos dominantes. Nesse sentido, a historiografia tem, a depender dos interesses subjacentes, um elevado grau de alienação. A Revolução de 1964, no Brasil, por exemplo, gerou historiografias qualificadas em termos ideológicos como atreladas a um ou outro grupo conforme o interesse fosse o de defendê-la ou de condená-la. Isto é, há sob o discurso histórico interesses que o determinam.

As qualidades do discurso histórico enfatizadas acima se estendem, também, ao discurso literário, cujo empenho é nítido no sentido de prover a consciência humana das contradições que impedem o progresso do homem na sociedade. A diferença é que enquanto a historiografia é um derivativo das crônicas que, desde Fernão Lopes — guardador da Torre do Tombo na alvorada da Renascença —, pretendem divulgar as virtudes do Estado, a literatura é um derivativo das produções que, tendo começado com a dramaturgia grega de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes acentuou-se na Modernidade com Camões. Podemos então entender a historiografia moderna como uma ação humana assentada sobre as crônicas de Fernão Lopes e a literatura como ação humana cujo fruto desenvolveu-se a partir da semente lançada sobre o solo da consciência por Camões, mas para essa última postulação é necessário que se ignore a escrita literária da Antiguidade Clássica.

É incontestável a existência da literatura empenhada e da literatura engajada (Candido). O discurso literário sedia-se nos limites da visão de mundo do autor. Afinal, na sociedade há sempre uma ideologia da classe que domina e cujo pressuposto que justifica sua luta é a conservação da realidade nos mesmos moldes que a caracterizam na vigência do seu domínio. A essa ideologia acrescenta-se a ideologia da classe dominada, cuja luta tem como finalidade a mudança que resulta da edificação de um mundo melhor. Todo autor de obra literária, conscientemente ou não, compromete-se com uma dessas direções ideológicas. Em qualquer sentido, portanto, a obra literária está comprometida com seu tempo, aparecendo como uma reação ao mundo, porque manifesta uma maneira individual e pessoal de ver a realidade. Mesmo as obras que resultam de um mergulho no eu, expressando uma angústia subjetiva, trazem as marcas dessa reação, pois o eu só manifesta sua angústia quando ocorre um rompimento com o mundo. Sendo assim, o compromisso com que autores e escolas carimbam obras realistas se tornou cada vez mais denso na América Latina até atingir seu ápice no romance engajado de 1930 a 1945, quando se trata do Brasil e no indigenismo (que aflorou aproximadamente à mesma época), quando se aborda o universo literário hispano-americano, sobretudo, o peruano.

A libertação é um valor universal, porque existe como vocação humana em todas as partes do mundo, variando apenas o grau em que ocorre. No contexto da América Latina, esse valor universal tem suas qualidades acentuadas, porque se trata de um espaço geopolítico em que

a opressão não se dá de modo natural pela relação entre o homem e uma natureza hostil que lhe nega o pão pela escassez de chuva, como em espaços estanques do nordeste brasileiro. Na prática, a opressão na América Latina, faz parte de um projeto anunciado e sistematizado de exploração de uns por parte dos que exercem o domínio. Nesse sentido, a vontade de libertação, no universo latino-americano é uma tendência da realidade em sua imanência. Essa vontade de superação caracteriza o escritor latino-americano que, sensibilizado ante uma realidade eivada de contradições, sente e relata as infinitas cercas que limitam o homem em espaços restritos de sobrevivência e a angústia que o leva a buscar as saídas que, não raro, se afastam para horizontes inatingíveis. Aliás, para não ficar nos limites do pleonasma da frase anterior, desço ao nível em que é necessário esclarecer que o horizonte é, de fato, um lugar aonde jamais se chega.

A literatura reflete o imaginário do povo, explicita suas contradições e desenha os contornos de sua identidade. Na América Latina, a literatura tem servido como meio de denúncia da dominação que move a sensibilidade de um poder alienígena, composto de grupos descompromissados com as aspirações das classes dominadas e a ruptura da identidade cultural. Essa forma de apresentação da literatura ou sua submissão a esse tipo de conceito indica que a arte conjuga esclarecimento e estética, abrangendo história, memória e mito.

A vocação da ruptura é uma marca que particulariza a arte na América Latina desde sua origem. A partir da Revolução Cubana, essa vocação acentuou-se sobremaneira, porque, nunca antes, o engajamento e o empenho nas letras latino-americanas elevaram-se a um grau tão alto. Assevero que a década de 1920 foi o momento-síntese iniciador dessa vocação. De acordo com Canclini, houve uma ruptura com o academicismo que, no Peru, se deu “em 1929 por artistas jovens preocupados tanto com a liberdade formal quanto em comentar artisticamente as questões nacionais do momento e pintar tipos humanos que correspondessem ao ‘homem andino’. Por isso foram chamados ‘indigenistas’” (CANCLINI, 1997, p. 79). No Brasil, esse rompimento se fez sentir de modo pleno a partir de 1922, quando a Semana de Arte Moderna carimbou a certidão de nascimento de uma nova maneira de interpretar a arte e produzir o objeto estético. Estava, enfim, carimbada a Certidão de Nascimento do modernismo na Literatura Brasileira. Dessa Certidão de Nascimento para a formatação da nossa identidade bastou apenas um passo curto.

Os esclarecimentos acima testificam que inúmeros autores têm formatado as fontes, as raízes das contradições que emperram o desenvolvimento da América Latina com os matizes de uma vontade de dominação que vem de fora. Essa vontade de dominação aduba e rega um poder que surge nas próprias entranhas do universo latino-americano, mas que seria inócuo se não se aliasse ao imperialismo. A ação desses autores, mesmo concretizada como ficção e, portanto,

fruto da criatividade é uma ação consciente, quando se trata de lutar contra o poder alienígena. Ao encontrar essas fontes, os autores desnudam e explicitam a relação entre o homem, a sociedade e a história. Respondendo a esse imperativo, a literatura latino-americana expressa, em prosa e em verso, a indignação da intelectualidade local em face da inconsciência política que obrigou a população a aceitar, conviver e, em muitos casos, defender formas opressivas de poder. Mas a inconsciência política das classes subjugadas é involuntária em qualquer parte do mundo. No ambiente histórico latino-americano é mantida por fatores como o analfabetismo e a pobreza que facilitam a atuação de políticos e da oligarquia e, juntamente com as afinidades de língua e religião, garantem a unidade do continente.

O exposto indica que o homem latino-americano vive sob as condições adversas que os escritores enfrentam utilizando o poder de sua pena que registra, tanto em sua dimensão imanente quanto em sua condição de uma gesta em busca de um mundo melhor. A partir daí surge e se define o que seja literatura crítica, isto é, ao encontrar e historicizar a condição humana, o escritor articula estética e moral. Isso indica que ele se vê, romanticamente, como um libertador, certo de que a vida deve mudar para superar as condições desumanizadoras.

As obras literárias apresentam relações com a realidade concreta, ora refletindo a essência, ora, a aparência. As primeiras mostram a tendência do ambiente histórico-social em direção à transformação, por meio de textos que buscam convencer os leitores a adotarem cosmovisões particulares, pois ao mostrarem a essência, indicam a direção que a realidade pode tomar para superar suas contradições. Os textos que refletem a aparência alienam o leitor levando-o a ignorar a realidade; mas não se trata aqui de uma crítica às obras que privilegiam apenas elementos intratextuais, como a linguagem. Neste caso, há um afastamento da realidade não sua mudança em direção a uma forma inexistente.

A contradição que acompanha a libertação das nações latino-americanas em face das metrópoles europeias reside no fato de que a liberdade em causa foi sucedida pela profusão de regimes ditatoriais que germinou no continente associada à má distribuição das oportunidades sociais. Essa concepção levou à conclusão de que comunidades inteiras na América Latina deveriam buscar rotas de fuga que levassem à libertação desses regimes autoritários. A partir desse momento surge a literatura engajada (Candido) que passa a prevalecer sobre a literatura empenhada. Não se tratava mais de ser patriótico, porque a luta não tinha como alvo um poder alienígena, era necessário transcender o nativismo — com sua literatura empenhada — e penetrar no âmbito do nacionalismo com sua literatura engajada e assumir a tarefa do pensador que perscruta, critica e denuncia para desnudar as contradições que precisavam ser suplantadas.

Uma entidade cara ao romance realista é a figura típica. Essa vertente de romance recupera da sociedade aquelas formas sociais que possam ser representativas. Que possam atuar como figuras típicas e qualificar o todo; isto é, elementos que prescindem de um nome e de uma identidade individual, mas aos quais estão coladas qualidades que representam as características do todo. Nessas obras o personagem torna-se representante de uma classe de indivíduos marcada por seu tipo de realização econômica e social. Essa representação da classe por meio do personagem não se restringe a um segmento específico, pois ele, através de sua estrutura, sua ação e suas características tanto pode representar a classe que domina quanto a dominada.

Surge, assim, uma literatura que transcende os limites regionais, porque manifesta paroquialmente uma problemática que se repete em outros contextos. Uma literatura que assume, como referência, a realidade política do continente, na perspectiva de seu devir, enquanto fenômeno humano em constante transformação decorrente das contradições que marcam a vida num contexto onde se dá, permanentemente, a ruptura do humano. Isso certamente levou Polar (2000, p.17) a explicar que “as imagens que [essa literatura] instaura contêm com frequência postulações projetivas: há, de fato, na literatura latino-americana uma espécie de modulação propiciatória que parece ensaiar de modo desiderativo um mundo ainda não realizado”.

Aliás, é o mundo como entidade em devir que justifica a existência da literatura com as características que a definiram no século XX. A obra historiográfica desenvolve eventos que tiveram um começo e uma continuidade, mas cujo finalizar não se encontra nos limites de uma geração. Isto é, a historiografia, porque relata a história, atua sobre eventos projetivos; eventos que se projetam para além de qualquer horizonte. O historiador não tem autonomia sobre seu objeto de descrição, já o autor de obras literárias, ao contrário, domina seu objeto, decidindo quanto ao começo, ao meio e ao final. Portanto, a obra literária tem seu conflito resolvido nos próprios limites do enredo, entretanto, como a realidade é composta de eventos contínuos, a ficção vem privilegiando formas de enredo em que os conflitos têm continuidade intermitente, para tanto convidando o leitor a examinar o *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Nesse sentido, historiografia e literatura se assemelham.

A geração de escritores latino-americanos das últimas quatro décadas do século XX tipificados nesta pesquisa pela amostra dos nomes aqui privilegiados porque enfocaram em suas obras a condição do homem sob o prisma da relação entre opressão e libertação, articulando arte e história, aponta que se repetiu em cada país uma proposta estética semelhante à que o vizinho praticava. Isso indica que a literatura a serviço da causa social é um fenômeno latino-americano, como já deixei claro em vários momentos deste ensaio. Foi por isso que a literatura contribuiu, na América Latina, para a construção de sua identidade cultural. Essa contribuição motivou-se na

tendência de cada país a caminhar em direção à compreensão e à ruptura de suas contradições, que, no caso em tela, foram percebidas e denunciadas a partir da reação de grupos politizados intelectuais, os mesmos grupos a que pertencem, salvo raras exceções, os autores de obras literárias.

As similaridades de natureza política entre os países que constituem o continente latino-americano adensaram-se, sobretudo, a partir do século XX, porque foi nesse século que as classes dominantes desses países passaram a trabalhar mais para si mesmas do que para o povo, entendendo que a forma de governo deveria atender aos seus anseios particulares e não às necessidades dos habitantes. Respondendo a essa peculiaridade histórica, a literatura produziu textos de denúncia, repetindo nos países uma forma cultural que se assemelha pelo objetivo comum de trazer ao lume a situação real de existência dos marginalizados por meio de narrativas ficcionais. É uma literatura que articula ficção e ensaio, partindo da análise do contexto histórico imediato do autor. A história tornou-se tema de textos literários. Sendo assim, a história, ao mesmo tempo em que se esconde na penumbra do Estado, desnuda-se em sua plenitude e essência, quando imigra para o texto literário onde deixa de ser historiografia e se torna mito.

As diferenças entre as diversas literaturas latino-americanas dão-se apenas pelo contexto em que se inserem, porque respondem a problemas particulares e a uma história particular. Mas esses problemas e essa história escoram-se nos mesmos eixos temáticos. Na América Latina as literaturas nacionais, aproveitando os espaços cada vez maiores dos poros que se abrem nas fronteiras culturais entre os países, uniram-se numa só literatura com características que as tornam uma só província literária; isto é, a literatura dos diversos países latino-americanos reflete os mesmos problemas, tendências e projetos de superação, como se percebe pela similaridade temática e formal entre os textos literários produzidos aqui ao longo do século XX.

A forma humana que tipifica o homem brasileiro ancestral está representada por Euclides da Cunha, em *Os sertões*. Essa forma, que no Andes era representada pelos povos incaicos, foi, tanto quanto no Brasil, levada ao extermínio. Lá o problema subjacente foi o capitalismo e a entrada forçada na Modernidade. As formas permaneceram, mas quando sua identidade cultural desapareceu, os povos também se diluíram na massa que pretendia formar-se como moderna. Aqui, o problema foi mais agudo, pois a extinção se deu por meios mecânicos, levada a efeito por uma guerra paradigmática que a história registra como a Guerra de Canudos.

Tanto os povos incaicos de Arguedas e Vargas Llosa quanto os sertanejos de Euclides da Cunha e os nordestinos de Rachel de Queirós eram figuras marginalizadas que sobreviviam sob a liderança de figuras míticas, como foi Antônio Conselheiro, lá por inúmeros deuses. Outra forma humana que pode ser vista como um derivativo do sertanejo de Euclides da Cunha foi o Jeca

Tatu de Monteiro Lobato. É também digno de nota o *herói sem nenhum caráter* de Mário de Andrade. Nas nações andinas, o tipo-síntese é o serrano, sobretudo, o serrano deslocado das montanhas e vagando pela costa e pelas cidades, rejeitado, marginalizado e explorado nesses dois ambientes genéricos. O resultado dessa interação entre o texto e o contexto foi o aumento qualitativo e quantitativo da novelística na América Latina.

O processo de ocidentalização foi, enfim, caracterizado pelo afã de impor sobre os povos dominados a cultura de base romana da península ibérica. Mas tal processo resultou um mero embuste falacioso para esconder a dominação e o aproveitamento da mão de obra dos povos subjugados na América, onde enquanto os educadores católicos esforçavam-se por alfabetizar os povos dominados, os governos tinham sua preocupação voltada para os lucros econômicos da empreitada civilizatória, pouco fazendo para ajudar os padres em sua tarefa. No Brasil a situação adensou-se ao ponto de os educadores jesuítas terem sido impedidos de exercer sua tarefa quando, em certo momento histórico, o Marquês de Pombal os expulsou do país.

A ocidentalização ou mais especificamente a europeização de tipos e ambientes é uma prática histórica comprovada em anais e cuja resposta literária se deu por meio da vertente nativista do Romantismo. Tanto na parte hispânica, quanto na parte lusitana da América essa preocupação, no âmbito da literatura, tinha como propósito a criação de nações utópicas, com povos e instituições civilizadas a fim de justificar sua independência a partir da criação de uma identidade próxima à do europeu, visto que à época acreditava-se que a cultura da Europa se tornasse dominante sobre a cultura local.

Os costumes europeus chegavam, primeiramente, ao litoral pelas mãos dos colonizadores que adentravam o território em busca de riquezas. Alguns se integraram aos ameríndios e permaneceram no interior. Estes perdiam a comunicação com o mundo europeizado e, sem contato com as novas modas que vinham da Europa, reproduziram, no interior, o nível cultural que levaram consigo quando abandonaram a costa. Quando vieram, sua bagagem cultural ainda era medieval. A Idade Média, a despeito do Renascimento teimava em sobreviver pelos esforços conservacionistas da contrarreforma. Inúmeras comunidades isoladas servem como modelo para estudar esse fenômeno. Um desses modelos é a comunidade de Canudos sob o governo de Antônio Conselheiro. Quanto ao litoral, a chegada constante dos costumes europeus explica seu progresso, em detrimento do interior que permaneceu esquecido, recebendo, de vez em quando, algumas entradas; mas os exploradores que penetravam no território sempre voltavam para o litoral trazendo o que conseguiam encontrar para levar à Europa onde comercializavam. Não tinham em sua bagagem material que pudesse subsidiar a educação daqueles que encontravam nos confins do Brasil. Aliás, eram pessoas que só tinham conhecimento das técnicas extrativistas,

mesmo assim, predatórias. Esses indivíduos que adentraram os confins lusos na América não tinham — como de resto não houve — da parte do colonizador, um interesse voltado à integração entre os costumes que traziam e aqueles encontrados no novo continente.

Houve, no entanto, os que pretenderam criar, na América, uma sociedade europeizada. Essa iniciativa resultou, na formação de duas sociedades que, ao mesmo tempo, se desconheciam e se antagonizavam. Os sinais dessa diferenciação podem ser verificados no messianismo, cuja relação com o transcendente é mediada pela emoção, conforme foi o caso da comunidade de Canudos. O messianismo, aliás, encontrou solo adubado para sua germinação e crescimento nas comunidades rurais.

A cultura de base romana, cuja relação com o mundo metafísico se fazia pela mediação do racionalismo, encontrou espaço nos grandes centros. Num caso, o homem se via possuído da capacidade de interferir na natureza e na realidade imediata e remota e transformá-la; no outro, o homem buscava nas divindades a esperança de que os rigores dos dias presentes seriam substituídos pela vinda do messias representado por um líder carismático, como já se mencionou algures neste estudo. Havia, portanto, uma Escolástica deformada e popular, porque sem as especificidades adotadas por Tomás de Aquino e Agostinho e um Renascimento cujas qualidades e anseios se diluíam na travessia para a América, aonde chegava sem o viés humanista que o caracterizava na Europa.

A América Latina foi colonizada numa época em que se acreditava que a Europa havia encontrado a forma definitiva e ideal de como a vida deveria se desenvolver, de como as relações entre as sociedades e, nestas, entre as pessoas poderia se organizar, de como a ciência deveria interagir com a fé para o desenvolvimento da sociedade. Enfim, a Europa havia encontrado o modelo que poderia balizar a vida para os povos. Na época da colonização da América Latina a legitimação da cultura europeia como hegemônica era, portanto, um aspecto amplamente sentido pelos povos dominados que terminaram por aceitar esse modelo, de modo inconsciente. Os poucos que se rebelaram tiveram que aceitar, sob coação, a cultura europeia. Independente do modo como a aceitação se deu, se sob coação ou aceitação inconsciente, teve início, nessa época, na América Latina, o mais produtivo fenômeno de hibridismo que a história da humanidade conheceu. Essa constatação fica demonstrada nas conclusões de González (2006, p. 319), quando afirma que tendo sido produto “de infinitas viagens e deslocamentos humanos, o continente americano emergiu híbrido na sua configuração identitária, e sua literatura, em consequência, expressou muito cedo essas complexas redes de trânsito e diálogo transcultural”.

A hegemonia cultural da Europa levou o conquistador das terras americanas a ignorar o sentido e a existência de uma cultura autóctone à qual deveria prestar respeito e, por extensão,

dar direito à existência. Mas, agindo ao contrário, preferiu dizimar as formas locais de cultura e vida, restando apenas resquícios das mesmas inseridas ou hibridadas com as culturas hegemônicas europeias, que tinham no Cristianismo e na língua de base latina seu principal ponto de apoio e traço de união. Os remanescentes das culturas locais foram ocidentalizados pelos dominadores, em continuidade ao processo de mestiçagem cultural.

Quando se fala em hibridismo cultural na América Latina, vêm à mente as formações culturais oriundas dos ameríndios, incluindo entre eles os maias, os astecas e os povos incaicos, com predominância destes últimos. Esses povos constituíram o que deveria ser a cultura de base, isto é, a cultura dominante, ao passo que as culturas que para cá vieram (europeus, africanos e asiáticos) deveriam se formar como culturas recessivas. Entretanto, o processo foi inverso. Quando todos esses povos foram colocados em contato, apareceu o maior fenômeno de hibridismo cultural que a humanidade registra em seus anais; pois, a despeito da supremacia cultural dos invasores, inúmeros traços da cultura de origem se mantiveram, num processo semelhante ao que ocorreu quando da invasão da Europa pelos romanos. Estes assimilaram muito pouco dos traços culturais dos bárbaros, por onde passaram deixaram a língua latina e a religião cristã que são os dois eixos centrais de sua cultura.

Deve ficar claro, no entanto, que o caráter dominante ou recessivo das culturas guardam seu elevado grau de resistência aos empréstimos culturais, já que estes pressupõem um choque nas comunidades receptoras. Essa resistência impede que a transculturação resulte em perda de todos os aspectos relativos à cultura que recebe. Da mesma forma, a cultura que chega também sofre rupturas, criando uma dinâmica que se pode traduzir pelo que Marli Fantini Scarpelli denomina de *terceira margem*, quando analisa a trajetória de Riobaldo. Ela diz que “quando entremescla as ‘verdades’ de margens e bandos opostos, o Riobaldo ‘cerzidor’ pode relativizar as certezas culturais de cada polo, e as margens por ele abertas são as terceiras margens onde, com a desierarquização dos absolutos, passam a vigorar a heterogeneidade e o hibridismo linguístico, temporal e cultural” (SCARPELLI, 2004, 167).

Da mesma forma que os bárbaros na Europa, os ancestrais autóctones da América — juntamente com os negros — apesar de rechaçados e tendo sua identidade acrescida das tintas dos traços culturais dos invasores, mantiveram os vestígios de sua cultura. A supremacia da cultura europeia só poderia ocorrer se a sociedade no Novo Mundo não fosse dinâmica: uma cultura mestiça em permanente contato com culturas alienígenas que, iniciando-se na chegada e permanência dos ibéricos, continuou com a mistura destes com os ameríndios, agregados posteriormente aos africanos e às inúmeras etnias que os seguiram em sucessivas entradas de imigrantes.

Nos primeiros tempos a história não havia conhecido o dinamismo dos dias atuais. O eixo que a firmava permanecia fixado em eventos que se repetiam pelos séculos. O narrador podia escolher uma perspectiva e, a partir dela, vislumbrar um mundo parado. A situação mudou hodiernamente, pois agora a realidade concreta submete-se a um devir caracterizado pela ambiguidade e pela mestiçagem, traduzida no hibridismo cultural que marca a Modernidade. Isto é, havia um ponto fixo (um eixo) de onde o narrador vislumbrava apenas o mundo que podia abarcar com sua experiência. O narrador centralizava, portanto, a tensão de um mundo parado. O narrador dos tempos atuais tenta explicar um universo social fugidío cujo eixo foi diluído e se transformou em infinitos eixos que se digladiam. O narrador, neste caso, tem que se deslocar e alongar sua visão, de modo a traçar os contornos mutantes do referente que pode supor, por exemplo, os conflitos da terra, que foram meros pretextos para denunciar uma situação vigente no continente, como a decadência, a crise econômica e a exploração do homem pelo homem, resultando no choque entre a ideologia do dominador e a do dominado.

O hibridismo ocorre em vários níveis de apreensão, sempre partindo de um antagonismo inicial. Esse antagonismo apresenta-se, inicialmente, na forma do embate entre o antigo e o moderno; depois, sua presença se dá por meio de distintas manifestações da arte, que perdeu um centro que orientava a construção do objeto estético, para se tornar uma forma de ação humana feita para satisfazer o modo como cada artista pretende representar o mundo. Por último, o antagonismo se dá pela forma com que hoje os entes não se entregam ao momento em que vivem, mas buscam, a partir de uma perspectiva de estrangeiro, evocar as mais diversas manifestações de cultura de sua terra. Ou seja, as formações humanas que resultaram no universo identitário, cultural e histórico genericamente denominado de América Latina e que vejo não como um continente geográfico, mas como um ajuntamento qualitativo que adjetiva uma cultura tem em sua retaguarda sempre uma origem que aponta para momentos mais ou menos distantes no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Trad. de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. v. I.

GALVÃO, Walnice Nogueira (Debatedora.). In: CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). **Literatura e História na América Hispânica: SEMINÁRIO INTERNACIONAL,**

9 a 13 de setembro de 1991. Trad. de Joyce Rodrigues Ferraz, Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 59-60.

GONZÁLEZ, Elena Palmero. Escritas do *entre-lugar*: uma poética da viagem na obra de Alejo Carpentier. **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, v. VI, nº12. Jan-Jun 2006, p. 319-338.

MIGNOLO, Walter D. “Ficcionalización Del Discurso Historiográfico”. In: **Augusto Roa Bastos y la Producción Cultural Americana**. S. Sosnowski (comp.), Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1986, p. 197-210.

POLAR, Antonio Cornejo. **O condor voa**: literatura e cultura latino-americanas. Trad. de Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SCARPELLI, Marli Fantini. Águas turvas, identidades quebradas: hibridismo, heterogeneidade, mestiçagem & outras misturas. In: Benjamin Abdala Junior (Org.). **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismos & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 159-180.